



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 3ª VARA DO
TRABALHO DE JOÃO PESSOA**

Equipe de Correição: Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Maria Elizabete dos Santos Melo, Marco Antônio Maia Pinheiro, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Valdevina Félix da Costa Pereira, Zirley Maria Bezerra e Adalcídio Pereira Júnior.

Jurisdição	Alhandra, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa e Pitimbu
Normativo de criação	Lei nº 7.729, de 16.01.1989
Data de instalação	14.07.1989
Data da última correição	06 a 13.11.2017
Período de correição	13 a 15.08.2018

Aos 13 de agosto de 2018, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Corregedor, **Desembargador WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**, foi realizada a abertura dos trabalhos correicionais da 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa, relativos ao período de 06.11.2017 a 12.08.2018, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Editais de Correição nº 016/2018 e nº 018/2018 publicados no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e enviados à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor foi recebido pela Ex^{ma} Sra. Juíza Titular da Vara, Herminegilda Leite Machado, pela Ex^{ma} Sr^a. Juíza Substituta fixa, Rosivânia Gomes Cunha, pela Diretora de Secretaria e demais servidores lotados na



Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos sistemas e-Gestão, Hórus e SAOPJe referentes ao período de 1º.10.2017 a 31.07.2018 (10 meses) e nas informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Herminegilda Leite Machado	10.07.2001 – ATO TRT GP Nº 100/2001

1.1.1 Afastamentos de Jurisdição – Juíza Titular (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Convocação TRT	Ato TRT GP Nº 331/2017	13.09.2017 a 26.10.2017	44
Capacitação	Protocolo TRT Nº 14935/2017	18.10.2017 a 21.10.2017	4
Capacitação	Protocolo TRT Nº 15519/2017	29.10.2017 a 1º.11.2017	3
Convocação TRT	Protocolo TRT Nº 17645/2017	07.11.2017 a 07.11.2017	1
Convocação TRT	Protocolo TRT Nº 17645/2017	09.11.2017 a 09.11.2017	1
Convocação TRT	Protocolo TRT Nº 17645/2017	14.11.2017 a 14.11.2017	1
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	20.11.2017 a 19.12.2017	30
Capacitação	Protocolo TRT Nº 17900/2017	08.01.2018 a 26.01.2018	19
Convocação TRT	Protocolo TRT Nº 1228/2018	30.01.2018 a 30.01.2018	1
Compensação de férias	Protocolo TRT Nº 1418/2018	20.02.2018 a 21.02.2018	2
Compensação Art. 29	Protocolo TRT Nº 1418/2018	22.02.2018 a 22.02.2018	1
Compensação Art.29	Protocolo TRT Nº 1418/2018	27.02.2018 a 28.02.2018	2
Compensação Art.29	Protocolo TRT Nº 1418/2018	1º.03.2018 a 1º.03.2018	1
Convocação TRT	Protocolo TRT Nº 4241/2018	06.03.2018 a 06.03.2018	1
Convocação TRT	Protocolo TRT Nº 4236/2018	13.03.2018 a 13.03.2018	1
Férias	Protocolo TRT Nº 11990/2017	02.05.2018 a 31.05.2018	30
Férias	Protocolo TRT Nº 11990/2017	04.06.2018 a 03.07.2018	30
Férias	Protocolo TRT Nº 11990/2017	04.07.2018 a 02.08.2018	30
Total			202



Registre, na oportunidade, que a Magistrada Titular, durante grande parte do período correicionado, esteve convocada para substituir os Desembargadores do Egrégio Tribunal.

1.1.2 Magistrada Substituta fixa

Juíza Substituta	Fixação na Unidade
Rosivânia Gomes Cunha	04.08.2011 – ATO TRT GP Nº 225/2011

1.1.3 Afastamentos de Jurisdição – Juíza Substituta fixa (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Compensação – plantão judiciário	Protocolo TRT Nº 3647/2018	21.03.2018 a 22.03.2018	2
Total			2

1.2 Assiduidade dos Magistrados - Titular e Substitutos

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada Titular e dos Juízes Substitutos que atuaram na Vara durante o período correicionado.

1.3 Servidores lotados na Unidade (Fonte: CAPPE)

A 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **15** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Amélia Weronika Braga de Lucena	Técnico Judiciário - Assistente III	12.12.1990
Antônio Carlos Bessa	Técnico Judiciário - Assistente IV	17.12.1996
Everaldo Lemos Alves	Técnico Judiciário - Assistente de Diretor	05.05.1993
Francisco de Assis Oliveira da Silva	Técnico Judiciário - Assistente de Diretor	17.09.1991
Francisco de Assis Vasconcelos de Oliveira	Analista Judiciário	19.02.2018
Glaucy Veríssimo Maciel	Analista Judiciário - Assistente de Juiz Substituto	1º.10.2014
João Marcos Esmeraldo Albuquerque	Técnico Judiciário	02.02.2015



Márcio Rickley Araújo Damasceno	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	16.03.2018
Maria Aparecida de Moraes Duarte	Técnico Judiciário - Assistente II	12.12.1990
Pedro Henrique Beserra Galvão	Técnico Judiciário - Assistente IV	02.02.2015
Reginaldo da Silva Pereira	Técnico Judiciário - Assistente III	07.06.2013
Renata Guedes Pereira de Lima Ramalho	Técnico Judiciário - Assistente III	15.05.2015
Rosângela de Souza Marinho	Técnico Judiciário - Assistente IV	04.06.2002
Sandra Campos de Assis	Técnico Judiciário - Diretora de Secretaria	15.07.2001
Vicente Pessoa de Brito Filho	Técnico Judiciário - Assistente IV	07.01.2013

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual nos Sistemas SUAP e PJe, segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31.07.2018, um acervo processual de **3.593** processos:

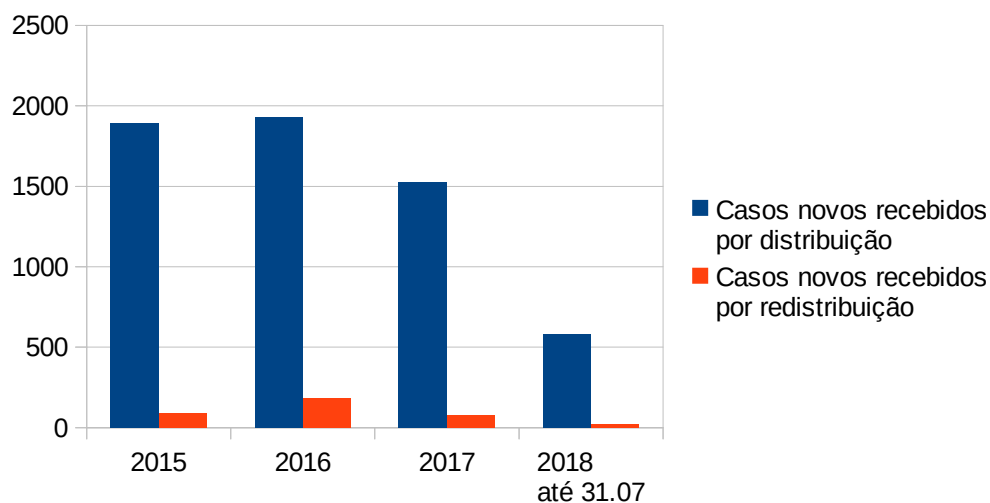
Item	Quantidade
Fase de conhecimento	1.853
Fase de liquidação	286
Fase de execução	1.405
Cartas precatórias e de ordem	49

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

2.1.1 Casos novos

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Casos novos recebidos por distribuição	1.888	1.928	1.526	580
Casos novos recebidos por redistribuição	86	181	78	21
TOTAL	1.974	2.109	1.604	601

Desse acervo, são processos do tipo “tramitação preferencial”: no exercício de 2015, **582**; em 2016, **652**; em 2017, **588** e até 31.07, **341** processos.



2.1.2 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2017	2018 até 31.07
Aguardando a 1ª sessão de audiência	273	264	103	139
Aguardando o encerramento da instrução	555	577	445	206
Aguardando a prolação de sentença	141	129	152	181
Total	969	970	700	526

2.1.3 Pendentes de finalização (Fonte: e-Gestão e Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, muito embora já tenham recebido uma decisão, os cálculos ou satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de impulso processual.



Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07	Variação (%)		
					2015/2016	2016/2017	2017/2018
Fase de conhecimento	1.400	2.142	2.117	1.853	53%	- 1,16%	- 12,47%
Fase de liquidação	2	92	216	286	4.500%	134,78%	32,4%
Fase de execução	1.190	1.185	1.325	1.405	- 0,42%	11,81%	6,03%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3 PRODUTIVIDADE DA UNIDADE

3.1 Panorama das audiências

A Unidade realiza audiências de segunda a quinta-feira, e, às sextas-feiras, conforme necessário ou quando estão atuando, simultaneamente, a Juíza Titular e a Substituta fixa.

As últimas audiências agendadas pela Unidade foram:

Rito Ordinário	22.10.2018	RTOrd 0000691-90.2018.5.13.0003
Rito Sumaríssimo	10.09.2018	RTSum 0000692-75.2018.5.13.0003
Audiência de Instrução	17.09.2018	RTSum 0000473-96.2017.5.13.0003

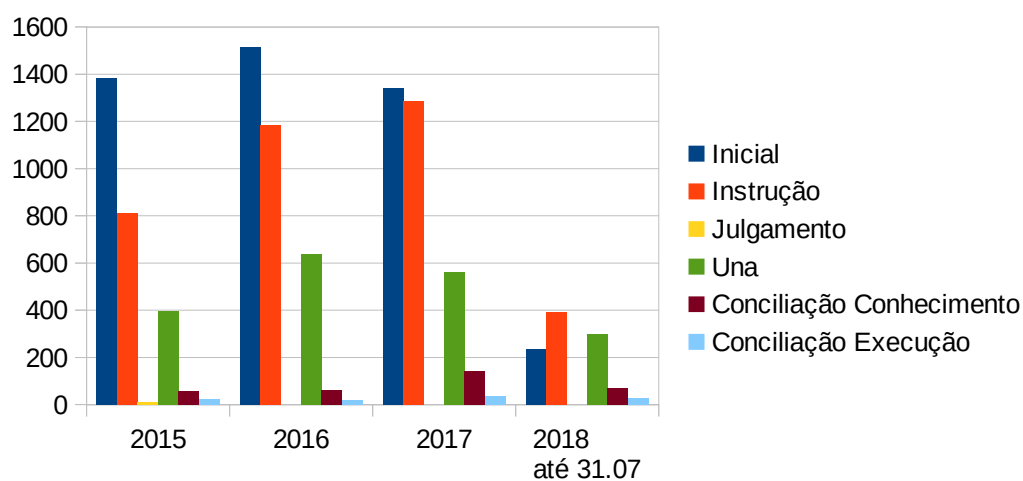
3.1.1 Processos aguardando inclusão em pauta:

A Unidade não apresenta pendência de processos a incluir em pauta.



3.1.2 Audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Inicial	1.384	1.516	1.340	234
Instrução	812	1.184	1.287	391
Julgamento	11	-	-	-
Una	397	636	563	299
Conciliação Conhecimento	56	61	143	73
Conciliação Execução	22	18	36	28
TOTAL	2.682	3.415	3.369	1.025



3.1.3 Audiências adiadas *sine die* (Fonte: PJe)

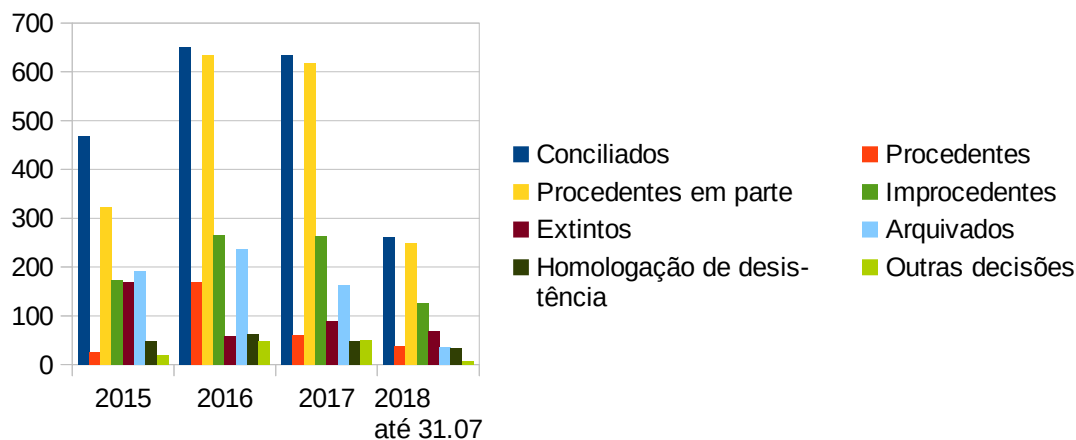
Dos processos submetidos à análise correicional, encontram-se fora de pauta:

Processo	Justificativa
0001103-55.2017.5.13.0003	Aguardando laudo pericial
0000261-75.2017.5.13.0003	Aguardando cumprimento de diligência



3.2 Solucionados na fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

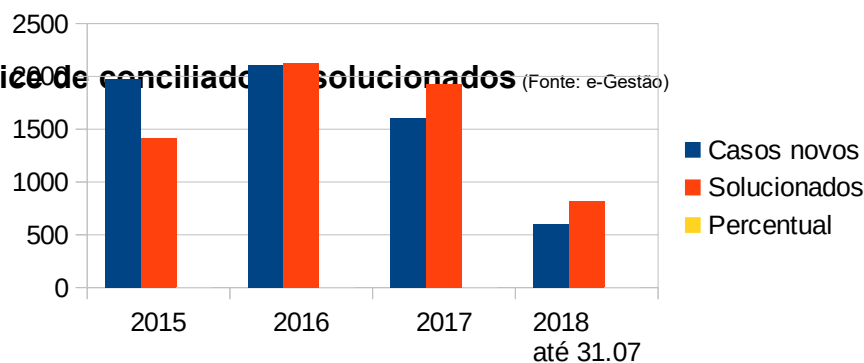
Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Conciliados	468	650	634	261
Procedentes	26	170	61	37
Procedentes em parte	322	634	617	249
Improcedentes	174	265	262	126
Extintos	169	59	89	68
Arquivados	192	237	163	36
Homologação de desistência	48	62	48	34
Outras decisões	20	47	50	7
TOTAL	1.419	2.124	1.924	818



3.2.1 Índice de solução x casos novos (Fonte: e-Gestão)

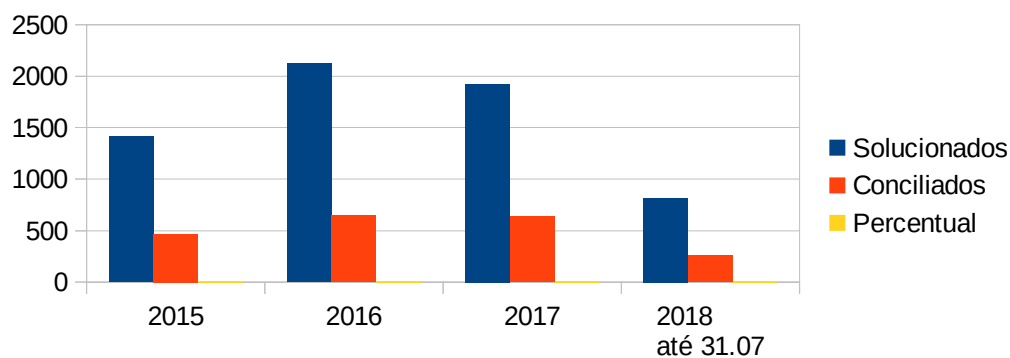
Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Casos novos	1.974	2.109	1.604	601
Solucionados	1.419	2.124	1.924	818
Percentual	71,88%	100,71%	119,95%	136,10%

3.2.2 Índice de conciliados x solucionados (Fonte: e-Gestão)





Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Solucionados	1.419	2.124	1.924	818
Conciliados	468	650	634	261
Percentual	32,98%	30,60%	32,95%	31,90%



3.3 Produtividade dos magistrados – solucionados (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Com exame do mérito						Sem exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	Proc. Parte	Improcedente	Extinto	Outras decisões	Arquivado	Extinto	Desistência/ Outras decisões	
Herminegilda Leite Machado	81	22	81	28	35	-	13	20	51	331
Rosivânia Gomes Cunha	169	12	166	102	7	-	30	17	18	521
Aécio Pereira de Lima Filho	7	-	19	5	-	-	4	-	2	37
Albérico Viana Bezerra	27	3	35	13	-	-	3	1	1	83
Ana Beatriz Fernandes Gondim	11	6	51	15	-	-	2	1	-	86
Ana Paula Cabral Campos	16	-	-	-	-	-	-	-	-	16
Clóvis Rodrigues Barbosa	29	2	12	9	2	-	7	3	2	66
Flávia Roberta Farias da Costa Assunção	51	3	38	10	-	-	2	2	4	110



Francisca Poliana Asistóteles Rocha de Sá	4	-	10	3	-	-	1	-	-	18
Francisco Xavier de Andrade Filho	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2
Joliete Melo Rodrigues Honorato	8	-	-	-	-	-	-	-	-	8
José Guilherme Marques Júnior	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2
Luiz Antônio Magalhães	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2

No período correccionado, a Juíza Titular laborou **127** dias, perfazendo uma média de produção de **2,61** processos/dia. A Juíza substituta fixa laborou **262** dias, com média de produção de **1,99** processo/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, em razão da intermitência de atuação, não é razoável aqui se registrar uma média de produção.

**3.3.1 Incidentes julgados** (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Impugnação à sentença de liquidação	Embargos à execução	Embargos à Arrematação	Exceção de pré-executividade	Total
Herminegilda Leite Machado	33	68	1	19	-	1	122
Rosivânia Gomes Cunha	50	49	3	12	-	-	114
Aécio Pereira de Lima Filho	-	8	-	-	-	-	8
Albérico Viana Bezerra	25	-	-	-	-	-	25
Ana Beatriz Fernandes Gondim	4	-	-	-	-	-	4
Ana Paula Cabral Campos	-	-	-	-	-	1	1
Flávia Roberta Farias da Costa Assunção	14	3	-	-	-	-	17
Francisca Poliana Asistóteles Rocha de Sá	7	-	-	-	-	-	7
Joliete Melo Rodrigues Honorato	-	-	-	1	-	-	1
Luiz Antônio Magalhães	2	-	-	-	-	-	2

3.3.2 Produtividade da magistrada titular – audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

HERMINEGILDA LEITE MACHADO			
DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO			
Realizadas	Inicial	110	
	Instrução	119	
	Julgamento	-	
	Una	108	
	Total	337	
	Conciliação	Fase de conhecimento	17
		Fase de execução	8
	Total de audiências realizadas	362	



3.3.3 Produtividade da magistrada substituta fixa – audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

ROSIVÂNIA GOMES CUNHA			
DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO			
Realizadas	Inicial	276	
	Instrução	288	
	Julgamento	-	
	Una	164	
	Total	728	
	Conciliação	Fase de conhecimento	23
		Fase de execução	11
Total de audiências realizadas		762	

3.4 Índice de congestionamento

3.4.1 Índice de congestionamento - fase de conhecimento (Fonte: TRT13 em números)

Item	2015	2016	2017
Processos de conhecimento baixados	1.176	1.790	1.869
Casos novos de conhecimento	1.738	1.928	1.526
Casos pendentes de conhecimento	1.453	1.379	1.012
Taxa de congestionamento	65%	46%	26%

3.4.2 Índice de congestionamento - fase de execução (Fonte: TRT13 em números)

Item	2015	2016	2017
Processos de execução baixados	311	313	323
Casos novos de execução	329	267	513
Casos pendentes de execução	1.190	910	1.083
Taxa de congestionamento	80%	73%	81%



3.5 Incidentes Processuais (Fonte: e-Gestão)

Item		2015	2016	2017	2018 até 31.07
Embargos de declaração	Recebidos	132	219	249	243
	Baixados	155	189	221	152
	Pendentes	26	54	74	120
Antecipação de tutela	Recebidos	218	428	253	153
	Baixados	164	416	271	128
	Pendentes	47	81	15	33
Impugnação à sentença de liquidação	Recebidos	13	10	14	27
	Baixados	15	10	13	10
	Pendentes	7	7	4	24
Embargos à execução	Recebidos	82	72	50	63
	Baixados	63	76	52	37
	Pendentes	42	29	20	42
Exceções de pré-executividade	Recebidos	16	7	9	5
	Baixados	18	1	12	5
	Pendentes	3	6	1	3

Considerando o elevado número de incidentes pendentes de julgamento, determina a Corregedoria Regional que a **Secretaria do Juízo proceda à análise dos referidos relatórios para identificação de eventuais inconsistências e saneamento.**

3.6 Recursos interpostos

PERÍODO: 1º a 31.07.2018					
Item	Novos	Recebidos	Não recebidos	Baixados	Pendentes
Recurso ordinário	39	53	1	-	140
Recurso adesivo	2	2	1	-	15
Agravo de petição	4	3	-	-	8
Total	45	58	2	15	163

Observa a Corregedoria que a Unidade exerce regular e explícito pronunciamento acerca da admissibilidade dos recursos interpostos, em total observância ao Ato TRT SCR nº 018/2016, art. 3º, XVII.



3.7 Fase de execução (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Execuções pendentes	881	1.065	993	1.156
Execuções iniciadas	328	266	515	272
Recebidos de outros Órgãos	1	1	9	-
Execuções encerradas	251	313	323	182
Remetidos a outros Órgãos	14	6	8	-
Processos arquivados provisoriamente	113	58	33	74
Total de processos pendentes de execução	1.065	993	1.156	1.203

3.8 Cartas precatórias (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Recebidas	180	140	113	65
Devolvidas	173	115	120	82
Pendentes de devolução	69	96	66	49

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – rito sumaríssimo	56,29	56,07	41,57
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – exceto rito sumaríssimo	69,75	61,71	45,79
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	16,85	26,02	19,55
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	73,31	124,59	165,83
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	64	78,29	61,52
Do ajuizamento até o encerramento da			



instrução - exceto rito sumaríssimo	125,17	175,57	207,1
Da conclusão até a prolação de sentença - rito sumaríssimo	18,41	32,93	33,58
Da conclusão até a prolação de sentença - exceto rito sumaríssimo	12,29	56,66	45,25
Do ajuizamento até a prolação da sentença - rito sumaríssimo	72,44	90,07	73,74
Do ajuizamento até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo	128,11	198,25	230,40

4.2 Duração do processo na fase de conhecimento -TMDP1c (Fonte:Hórus)

Em consideração aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal (2015-2020), em especial o “Indicador 03” que mede o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (TMDP1c - do ajuizamento da ação até a prolação da sentença), temos os seguintes números para o ano-base **2017: 74** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **240** dias para o rito ordinário, apresentando um total de **194** dias para os dois ritos.

O prazo praticado pela Unidade se apresenta bem acima da média atual das demais Unidades de 1ª instância da 13ª Região (**99** dias), e superior ao desempenho verificado no ano de **2016**, que foi de **90** dias para o rito sumaríssimo e de **207** dias para os processos submetidos ao rito ordinário, perfazendo uma média de **176** dias para os dois ritos.

4.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2015	2016	2017
Do início até o encerramento da liquidação – rito sumaríssimo	-	46,75	57,92
Do início até o encerramento da liquidação – exceto rito sumaríssimo	-	41,46	65,6

**4.4 FASE DE EXECUÇÃO** (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2015	2016	2017
Do início até o encerramento da execução – ente privado	571,21	945,17	1.296,67
Do início ao encerramento da execução – ente público	552,62	757,50	890,08

Quanto ao tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDP1e - do início da fase até o encerramento da execução) no exercício **2017**, temos: **1.657** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **952** dias para aqueles do rito ordinário, apresentando um total de **1.095** dias.

No exercício de **2016**, o tempo médio foi de **1.219** dias para o rito sumaríssimo e **856** dias para os processos do rito ordinário, o que totalizou **922** dias para os dois ritos.

5 PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: e-Gestão)

VALORES PAGOS (R\$)					
Item	Sistema	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Acordo	SUAP (legado)	1.104.667,12	-	-	-
	PJe	1.622.563,06	2.384.385,75	5.382.000,76	4.373.426,72
Espontâneo	SUAP (legado)	3.337.997,03	1.310.015,50	1.251.620,92	678.077,05
	PJe	26.549,14	276.184,01	1.203.382,17	898.586,49
Execução	SUAP (legado)	2.539.958,56	2.055.345,35	1.760.488,86	206.646,29
	PJe	20.181,84	169.453,44	885.949,82	1.106.912,28
TOTAL		8.651.916,75	6.195.384,05	10.483.442,53	7.263.648,83

ARRECADAÇÕES (R\$)					
Item	Sistema	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Custas	SUAP	145.833,57	165.945,54	12.878,28	1.373,64



processuais	(legado)				
	PJe-JT	15.024,96	34.697,50	76.527,90	76.154,27
Emolumentos	SUAP (legado)	112,09	-	-	-
	PJe-JT	-	355,55	-	-
Contribuição previdenciária	SUAP (legado)	946.978,32	608.282,15	313.246,46	118.840,61
	PJe-JT	57.775,48	126.158,01	451.686,00	416.588,66
Imposto de renda	SUAP (legado)	3.903,04	71.505,98	2.002,57	40.249,95
	PJe-JT	-	194,57	239,01	6.185,84
TOTAL		1.169.627,46	1.007.139,30	856.579,69	659.392,97
Custas processuais dispensadas	SUAP (legado)	333.205,27	40.820,42	8.420,00	1.600,00
	PJe-JT	323.769,69	603.776,40	614.303,39	208.158,93
TOTAL		656.974,96	644.596,82	622.723,39	209.758,93

6 DE MAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO (ATO TRT SCR Nº 18 E ART. 24 DA CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CGJT)

6.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	SUAP	48
	PJe	334
	TOTAL	382
INFOJUD	SUAP	61
	PJe	16
	TOTAL	77
RENAJUD	SUAP	86
	PJe	20
	TOTAL	106
BNDT	Processos com registro de dados	273
	Processos com inclusão de devedor	194
	Processos com exclusão de devedor	80



	Processos com devedores inscritos	801
	TOTAL	1.348

Fontes: SUAP, PJe e e-Gestão

Verificou o Desembargador Corregedor que a Unidade procede ao registro fidedigno dos principais atos processuais praticados, como liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos.

7 PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

7.1 Processos analisados

Foram analisados **100** processos por amostragem, no PJe e SUAP, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 018/2016, havendo a prolação de **33** despachos correicionais no PJe e **10** no SUAP.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

7.2 Gestão do Sistema Processual

No SUAP, foram identificados **68** protocolos pendentes de juntada ou apreciação no setor Secretaria da Vara e **60** guias de processos pendentes de liberação, recepção e/ou exclusão. No setor Gabinete, **02** protocolos e **02** guias pendentes.

Também foram identificados **07** processos SUAP paralisados há mais de 40 dias, quais sejam: 0135100-13.2012.5.13.0003, 0074500-55.2014.5.13.0003, 0075100-76.2014.5.13.0003, 0067500-73.1992.5.13.0003, 0065800-81.2000.5.13.0003, 0084600-45.2009.5.13.0003 e 0090000-98.2013.5.13.0003 .

Recomenda a Corregedoria Regional que a Unidade adote as providências necessárias para regularização imediata das referidas pendências.

7.2.1 PJe - Agrupadores:

Agrupador	Quantidade	Processo mais antigo no agrupador
Processos com petição não apreciada	95	RTOrd 0000154-94.2018.5.13.0003 entrada do protocolo 23.05.2018
Processos aguardando encaminhamento do secretário de	32	RTOrd 0000316-89.2018.5.13.0003 ata já assinada desde 10.05.2018



audiência (atas assinadas)		
----------------------------	--	--

Recomenda a Corregedoria Regional que o gestor da Unidade melhor diligencie sobre os agrupadores, de forma a mantê-los atualizados.

7.2.2 Processos em caixas de caráter transitório:

Fluxo	Quantidade	Processo mais antigo no fluxo
Análise de Conhecimento	32	Todos com entrada no fluxo a partir de 13.08.2018
Análise de Liquidação	1	Com entrada no fluxo em 10.08.2018
Análise de Execução	18	Todos com entrada no fluxo a partir de 09.08.2018

A Corregedoria Regional parabeniza a equipe pela gestão processual no particular.

8 METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2017 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no exercício anterior –	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	122%
Unidade Correicionada	135%

Meta 1/2018 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente –	
Unidades de primeiro grau do TRT	153%
Unidade Correicionada	149%

Para efeito de controle da **Meta 1/2018** foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **580** casos novos (por distribuição) e **782** julgamentos (primeiro julgamento), atingindo o percentual de **149%**.

Meta 2/2018 - Identificar e julgar, até 31/12, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 2015
--



IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107%
Unidade Correicionada	106%

Meta 3/2018 - Aumentar o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2014/2015 em dois pontos percentuais	
IPC – Índice de processos conciliados	
Unidades de primeiro grau do TRT	84%
Unidade Correicionada	82%

Meta 5/2017 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	111%
Unidade Correicionada	101%

Meta 5/2018 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	114%
Unidade Correicionada	87%

9 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 – MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA UNIDADE

Registra o Desembargador Corregedor que, segundo informações procedentes da Assessoria de Gestão Estratégica deste Regional, a 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa vem buscando contribuir para o alcance das metas do Planejamento Estratégico Institucional, levando a efeito as iniciativas propostas no seu Mapa de Contribuição, realinhado em abril/2017, tendo em vista o segundo biênio do PEI.

10 IGEST



O sistema IGest é uma nova ferramenta desenvolvida pela Corregedoria Geral de Justiça, que se propõe a apresentar um referencial numérico do desempenho de cada Vara, condensando os seguintes indicadores: **Acervo**, **Celeridade**, **Produtividade**, **Taxa de Congestionamento** e **Força de Trabalho**.

De acordo com a nova ferramenta, a 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa apresenta o seguinte desempenho em relação às demais Unidades de mesmo grupo:

Período de Referência: 01/07/17 até 30/06/18 Data da última atualização do relatório: 23/07/2018

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jul/2014 a Jun/2017	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST
13a - PB -> João Pessoa - 10ª Vara	1501 a 2000	1º	1º	10º	1º	2º	1º
13a - PB -> João Pessoa - 01ª Vara	1501 a 2000	3º	2º	6º	2º	1º	2º
13a - PB -> João Pessoa - 05ª Vara	1501 a 2000	2º	4º	4º	3º	3º	3º
13a - PB -> João Pessoa - 06ª Vara	1501 a 2000	4º	3º	8º	4º	4º	4º
13a - PB -> João Pessoa - 02ª Vara	1501 a 2000	7º	6º	3º	7º	9º	5º
13a - PB -> João Pessoa - 04ª Vara	1501 a 2000	6º	10º	5º	5º	8º	6º
13a - PB -> João Pessoa - 08ª Vara	1501 a 2000	8º	7º	1º	9º	7º	7º
13a - PB -> João Pessoa - 03ª Vara	1501 a 2000	5º	9º	9º	8º	6º	8º
13a - PB -> João Pessoa - 07ª Vara	1501 a 2000	10º	8º	2º	6º	5º	9º
13a - PB -> João Pessoa - 09ª Vara	1501 a 2000	9º	5º	7º	10º	10º	10º



Em relação aos resultados, a Unidade praticou os seguintes índices (variável de 0 a 1*):

Período de Referência: 01/07/17 até 30/06/18 Ordenado pelo IGEST Data da última atualização do relatório: 23/07/2018

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jul/2014 a Jun/2017	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
							Resultado	Colocação
13a - PB -> João Pessoa - 10a Vara	1501 a 2000	0,1666	0,0599	0,7215	0,1138	0,3219	0,2767	1º
13a - PB -> João Pessoa - 01a Vara	1501 a 2000	0,3418	0,3812	0,4787	0,3042	0,1950	0,3402	2º
13a - PB -> João Pessoa - 05a Vara	1501 a 2000	0,2967	0,4603	0,4648	0,3484	0,3481	0,3837	3º
13a - PB -> João Pessoa - 06a Vara	1501 a 2000	0,3742	0,4323	0,5286	0,5479	0,4609	0,4688	4º
13a - PB -> João Pessoa - 02a Vara	1501 a 2000	0,6308	0,5415	0,4569	0,6007	0,5194	0,5499	5º
13a - PB -> João Pessoa - 04a Vara	1501 a 2000	0,5533	0,6493	0,4765	0,5574	0,5190	0,5511	6º
13a - PB -> João Pessoa - 08a Vara	1501 a 2000	0,6446	0,5657	0,4114	0,6249	0,5144	0,5522	7º
13a - PB -> João Pessoa - 03a Vara	1501 a 2000	0,4238	0,6267	0,5876	0,6204	0,5049	0,5527	8º
13a - PB -> João Pessoa - 07a Vara	1501 a 2000	0,6861	0,6112	0,4526	0,5942	0,4880	0,5664	9º
13a - PB -> João Pessoa - 09a Vara	1501 a 2000	0,6463	0,4888	0,5149	0,6649	0,5890	0,5808	10º

* Quanto mais próximo de 0 (zero) o índice, melhor o desempenho da Unidade

11 SUSTENTABILIDADE

De acordo com relatório emitido pela SETIC, a Unidade, no mês de julho/2018, produziu **1.533** impressões em papel físico.

Recomenda a Corregedoria Regional que o gestor da Unidade estabeleça diretrizes e orientações sobre o que precisa ou não ser impresso em papel, de forma a evitar impressões desnecessárias e, em consequência, reduzir o consumo de papel.

12 RECOMENDAÇÕES

De conformidade com o caráter preventivo e pedagógico dos trabalhos correicionais, o Desembargador Corregedor recomenda:

Aos Juízes:

1 Recomendações gerais:

a) continuem a observar o estabelecido no §1º-A do art. 1º e art. 2º da Resolução Administrativa TST nº 1470/2011, quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da



parte executada no BNDT, conforme o caso, que, na atual versão do PJe, pode ser realizada mediante impulsionamento do feito ao fluxo “cumprimento de providências – registrar no BNDT – Incluir /alterar/excluir no BNDT”;

b) observem regramento ditado pelo art. 879 da CLT, de forma a ordenar a liquidação do julgado, de ofício, nas situações de sentença ilíquida;

c) intensifiquem a prática de uso dos sistemas *on-line*, impulsionando os feitos para o fluxo correspondente ao sistema utilizado (BACEN, RENAJUD, INFOJUD, SERASA, etc);

d) continuem com a prática de realização de inspeção periódica em número razoável de processos em tramitação na Vara, conforme determina o artigo 33 do Provimento Consolidado do nosso Regional;

e) adotem o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;

f) continuem a observar o disciplinamento ditado pelo art. 86 da Consolidação dos Provimentos da CGJT no que se refere à declaração, por sentença, da extinção da execução;

g) determinem o arquivamento provisório dos processos, cujos executados se encontram em recuperação judicial, a teor do que estabelece o art. 82 da Consolidação dos Provimentos da CGJT;

h) acompanhem a gestão de pauta em razão do incremento de ações submetidas ao rito sumaríssimo, após a reforma trabalhista.

2 Recomendações específicas:

a) continuem a observar o teor da Recomendação TRT SCR nº 004/2017, de forma que, tão logo processada a requisição de precatório, seja declarada a extinção da execução com arquivamento provisório dos autos, até que haja a quitação do débito;

b) diligenciem junto às execuções trabalhistas encaminhadas ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convolada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 82 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);



- c) adotem a praxe de fazer constar dos termos de conciliação, conforme o caso, o valor do débito previdenciário, para fins de redução do tempo de duração do processo e observância aos princípios da economia e celeridade processual;
- e) diligenciem junto a processos em execução que se encontram em arquivo provisório, com a execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas, por meio da utilização dos Sistemas BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA, conforme disciplinamento do art. 76, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- f) profiram à imediata decisão dos Embargos de Declaração opostos nos processos RTOrd 0001544-36.2017.5.13.0003 e RTOrd 0001227-72.2016.5.13.0003, bem assim dos Embargos à Execução opostos no processo RTOrd 0000773-58.2017.5.13.0003;
- g) abstenham-se de converter os julgamentos em diligência para elaboração de planilha de cálculos, quando ultrapassados os 30 dias úteis da conclusão para julgamento, como ocorrido nos processos RTOrd 0001294-03.2017.5.13.0003 e RTSum 0000131-51.2018.5.13.0003.

Ao Diretor de Secretaria

1 Recomendações gerais:

- a) observe, com rigor, as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- b) continue a monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e SAOPJe, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- c) incentive a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, de forma a evitar que os feitos permaneçam indevidamente paralisados;
- d) controle, diariamente, o recebimento de correspondências eletrônicas, seja por e-mail ou malote digital;
- e) oriente a equipe a impulsionar os feitos, tão logo lançada “decisão” para uso dos sistemas *on-line*, para o fluxo “aguardando cumprimento de providência”, com indicação posterior do sistema a ser utilizado, de forma a fazer constar, na movimentação processual, os sistemas de pesquisa efetivamente consultados.

**2 Recomendações específicas:**

Inconsistência	Recomendação
RTOrd 0000261-75.2017.5.13.0003 Processo com exceção de incompetência julgada em audiência sem lançamento de movimentação própria	Alterar o tipo de petição (Exceção de incompetência em razão do lugar - 17.07.2017 - Id fe2c94a) para petição diversa, de forma a afastar a pendência do incidente na Unidade
RTSum 0130601-78.2015.5.13.0003 ACum 0131271-19.2015.5.13.0003 RTOrd 0132059-33.2015.5.13.0003 ACum 0131271-19.2015.5.13.0003	Lavrar certidão atestando a inexistência de depósito judicial/recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor, conforme modelo constante no anexo IV da Consolidação dos Provedimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Registrar o executado no BNDT, conforme o caso.
ConPag 0131861-24.2015.5.13.0026 Sentença assinala prazo de 90 dias e servidor lança 40 dias quando da confecção do expediente de notificação	Orientar a equipe a dispensar atenção para o correto lançamento de prazo quando da confecção de expedientes, de forma a evitar disparidade entre o prazo informado no sistema e aquele assinalado pelo Juízo
RTOrd 0001405-84.2017.5.13.0003 Determinação constante de ata de audiência pendente de cumprimento	Encaminhar o feito para o fluxo “Designar Perícia” e proceder à imediata intimação do perito nomeado pelo Juízo
RTSum 0000204-23.2018.5.13.0003 RTSum 0001168-50.2017.5.13.0003 RTOrd 0001657-87.2017.5.13.0003 Parcelas de acordo não lançadas na movimentação processual	Acompanhar, habitual e rotineiramente, o lançamento de valores pagos no sistema
RTOrd 0001320-98.2017.5.13.0003 Processo com parcelas de acordo vencidas, sem providências posteriores do Juízo	Intimar o reclamado para comprovar o recolhimento da contribuição previdenciária e custas processuais, conforme o caso (Art. 26, XXVI, c, do Provimento Consolidado de nosso Regional
RTSum 0000596-94.2017.5.13.0003 RTOrd 0001390-18.2017.5.13.0003 RTOrd 0131950-10.2015.5.13.0006 Processo em caixa “Aguardando bloqueio bacen” em fase de conhecimento	Iniciar a execução dos feitos e prosseguir com a utilização dos sistemas conveniados
ExProvAS 0000323-12.2017.5.13.0005 e RTOrd 0001410-43.2016.5.13.0003 Processos em caixa “Preparar comunicação” desde 16.11.2017 e 02.05.2018, respectivamente	Providenciar o imediato impulsionamento do feito



Foram identificados diversos processos paralisados há muito tempo em caixa “Preparar ato de comunicação”, a exemplo dos processos RTOrd 0130280-43.2015.5.13.0003, RTOrd 0001138-49.2016.5.13.0003, ExProvAS 0001165-17.2017.5.13.0029, RTSum 0130335-91.2015.5.13.0003	Diligenciar, habitual e rotineiramente, em caixas de caráter intermediário (preparar comunicação, preparar ato de comunicação, registrar pagamento, trânsito em julgado, remeter ao 2º grau, iniciar liquidação/execução, registrar BNDT, etc) para mantê-las sem processos.
RTSum 0000654-97.2017.5.13.0003 RTOrd 0001838-25.2016.5.13.0003 RTOrd 0131558-79.2015.5.13.0003 Foi lançada decisão de sobrestamento em razão de recuperação judicial	Remeter o feito ao arquivo provisório (art. 72, Consolidação de Provimentos da CGJT)
RTOrd 0131244-36.2015.5.13.0003 Processo paralisado na caixa “Escolher Posto Avançado”	Encaminhar processo à Central Regional de Efetividade
RTOrd 0131883-54.2015.5.13.0003 Processo sobrestado por um ano, com prazo vencido	Concluir ao magistrado para verificar possibilidade de impulsionamento do feito
RTOrd 0131732-88.2015.5.13.0003 Não obstante o processo se encontre em fase de conhecimento, há determinação de arquivamento provisório utilizando decisão do tipo “Suspenso o processo por execução frustrada”	Encerrar sobrestamento equivocado, lançar movimentação que marca início de execução e encaminhar processo ao arquivo provisório, conforme determinação do Juízo, e se for o caso
RTOrd 0131762-26.2015.5.13.0003 Processo sobrestado por execução frustrada, sem o lançamento do evento “Iniciada a execução”	Encaminhar processo ao fluxo de execução
RTOrd 0001515-20.2016.5.13.0003 Processo com petição sem apreciação desde 05.03.2018	Proceder à imediata conclusão ao juiz
RTOrd 0001294-03.2017.5.13.0003 Processo concluso para julgamento em 20.04.2018 e convertido o julgamento em diligência para feitura de cálculos em 13.08.2018	Providenciar a imediata confecção dos cálculos
RTOrd 0000021-86.2017.5.13.0003 Processo paralisado em tarefa “imprimir ato de comunicação”	Providenciar a imediata regularização do procedimento
Foram identificados diversos processos paralisados em caixa “Recebimento de instância superior, a exemplo do processo RTOrd 0000366-52.2017.5.13.0003 e outros 18. Como também processos em caixas: “Transitar em julgado” e “Trânsito em julgado”	Lançar, imediatamente, na movimentação processual, a data do trânsito em julgado e prosseguir com a tramitação regular do feito



Em caixa “Registrar pagamentos ou despesas processuais”, foram identificados 14 processos paralisados : 0000552-75.2017.5.13.0003, 0000451-04.2018.5.13.0003, 0000227-66.2018.5.13.0003, 0000447-98.2017.5.13.0003, 0000606-41.2017.5.13.0003, 0001232-60.2017.5.13.0003, 0001326-08.2017.5.13.0003, 0000306-79.2017.5.13.0003, 0000147-05.2018.5.13.0003, 0001014-32.2017.5.13.0003, 0001194-48.2017.5.13.0003, 0001636-14.2017.5.13.0003, 0000197-31.2018.5.13.0003, 0000477-02.2018.5.13.0003	Providenciar o imediato lançamento, na movimentação processual, dos valores pagos e, se for o caso, a posterior liberação à parte interessada
Em diversos processos, foi identificada a determinação de inclusão da executada no BNDT, sem o devido registro posterior	Orientar a equipe da premente necessidade de registrar os executados no BNDT, tão logo profira o Juízo a decisão determinando a inclusão
Relatório Hórus de incidentes pendentes de julgamentos	Diligenciar sobre os processos que indicam pendência de julgamento de incidentes para identificação de inconsistências e saneamento

Aos servidores da Vara:

1 Recomendações gerais:

- realizem a triagem dos processos, verificando a conformidade dos dados e assuntos indicados pelo advogado no sistema PJe com aqueles constantes da petição inicial, retificando-os, se for o caso, nos termos do §§ 3º e 5º do art. 19 da Resolução CSJT nº 185/2017;
- observem, **logo após o lançamento de decisão para inclusão do executado no BNDT**, o fluxo processual seguinte: **“Registrar no BNDT – Exec”**;
- procedam ao lançamento, na movimentação processual, de todos os valores pagos, seja decorrente de acordo, pagamento espontâneo, custas, contribuições previdenciárias ou emolumentos.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou a Corregedoria Regional que a Unidade se destaca no cumprimento da Meta 1 do CNJ, **135%** no ano de 2017 e **149%** neste exercício, fato que só vem a corroborar o comprometimento da equipe com objetivo de fundamental importância estratégica para o Tribunal.

É de se registrar, ainda, o bom índice de conciliação alcançado no período correccionado (**31,73%**), próximo do registrado na correição anterior (**31,04%**).



Por outro lado, chama a atenção para o tempo de duração do processo na fase de conhecimento, uma vez que a Unidade registra aumento do tempo médio do ajuizamento à prolação da sentença de **176** dias, no ano de 2016, para **194** no exercício de 2017.

Também apresenta a Unidade uma majoração no quantitativo de processos que tramitam na execução – de **1.047** na correição anterior para **1.203** no atual período -, como também no tempo médio de duração do processo nessa fase - de **922** dias no ano de 2016 para **1.095** dias no exercício de 2017-, motivo pelo qual exorta a equipe da Vara a canalizar maiores esforços na busca da solução dos processos na execução, a fim de assegurar, no final deste exercício, o cumprimento da Meta 5 do CNJ, que ora se apresenta no patamar de **87%**.

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor exorta a equipe a buscar a otimização das rotinas procedimentais como forma de garantir a celeridade processual e a melhoria dos serviços prestados pela Unidade, objetivo precípua desta Justiça Especializada.

14 VISITA CORRECIONAL

O Desembargador Corregedor visitou a 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa, oportunidade em que se reuniu com as Magistradas, Titular e Substituta fixa, e servidores, orientando-os quanto às melhores práticas e dispondo-se a colher críticas e sugestões para a melhoria dos serviços.

15 AGRADECIMENTOS

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor agradece à Juíza Titular, Hermenegilda Leite Machado, à Juíza Substituta fixa, Rosivânia Gomes Cunha, à Diretora de Secretaria, Sandra Campos de Assis, e aos servidores: Amélia Weronika Braga de Lucena, Antônio Carlos Bessa, Everaldo Lemos Alves, Francisco de Assis Oliveira da Silva, Glaucy Veríssimo Maciel, João Marcos Esmeraldo Albuquerque, Márcio Rickley Araújo Damasceno, Maria Aparecida de Moraes Duarte, Pedro Henrique Beserra Galvão, Reginaldo da Silva Pereira e Renata Guedes Pereira de Lima Ramalho, pelo tratamento cordial dispensado à equipe de correição.



16 ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Diretora de Secretaria da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

João Pessoa, 21 de agosto de 2018.

(assinado eletronicamente)

WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO

Desembargador Corregedor